

# Instituto Unimed BH

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2015 e 2014**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>10</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
30130-140 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Telefone 55 (31) 2128-5700, Fax 55 (31) 2128-5702  
[www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Conselheiros e Diretores do  
Instituto Unimed BH  
Belo Horizonte - Minas Gerais

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Unimed BH ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Unimed BH em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

#### ***Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior***

Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2014 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 26 de maio de 2015, sem modificação.

Belo Horizonte, 14 de junho de 2016.

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Anderson Linhares de Oliveira  
Contador CRC MG 086685/O-8

# Instituto Unimed BH

## Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	83.289	888.935	Fornecedores	11	135.866	189.417
Aplicações financeiras	8	1.699.455	929.233	Impostos e contribuições a recolher		45.754	50.752
Adiantamentos		6.195	4.758	Obrigações sociais e trabalhistas		42.435	43.499
Despesas antecipadas		<u>5.684</u>	<u>4.268</u>	Recursos de projetos	12	432.817	780.115
Total do ativo circulante		<b><u>1.794.623</u></b>	<b><u>1.827.194</u></b>	Adiantamento de recursos	13	<u>200.000</u>	-
				Total do passivo circulante		<b><u>856.872</u></b>	<b><u>1.063.783</u></b>
Ativo Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado	9	1.679	1.989	Patrimônio social			
Intangível	10	<u>316</u>	<u>1.875</u>	Total do patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		<b><u>1.995</u></b>	<b><u>3.864</u></b>	Total do passivo e do patrimônio líquid		<b><u>939.746</u></b>	<b><u>767.275</u></b>
Total do ativo		<b><u>1.796.618</u></b>	<b><u>1.831.058</u></b>			<b><u>1.796.618</u></b>	<b><u>1.831.058</u></b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Instituto Unimed BH

## Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e de 2014

(*Em Reais*)

	Nota	2015	2014
Receitas ordinárias não-vinculadas	15	<b>907.701</b>	<b>854.810</b>
Receitas de doações		907.701	854.810
Custos e despesas gerais não-vinculados		<b>(873.425)</b>	<b>(823.756)</b>
Despesa com pessoal		(730.295)	(647.326)
Despesas administrativas	16	(144.908)	(174.334)
Impostos, taxas e contribuições	18	(22.015)	(13.070)
Amortização e depreciação		(1.869)	(1.886)
Outras receitas eventuais, líquidas		<b>25.662</b>	<b>12.860</b>
Superávit ordinário não-vinculado		<b>34.276</b>	<b>31.054</b>
Resultado financeiro	17	<b>138.195</b>	<b>91.975</b>
Receitas financeiras		142.483	94.481
Despesas financeiras		<b>(4.288)</b>	<b>(2.506)</b>
Superávit do exercício		<b>172.471</b>	<b>123.029</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Instituto Unimed BH

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e de 2014

(*Em Reais*)

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Superávit do exercício	172.471	123.029
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<b><u>172.471</u></b>	<b><u>123.029</u></b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Instituto Unimed BH

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e de 2014

*(Em Reais)*

	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Superávit acumulado</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro 2013	644.246	-	644.246
Superávit do exercício	-	123.029	123.029
Incorporação ao patrimônio social	<u>123.029</u>	<u>(123.029)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro 2014	<b><u>767.275</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>767.275</u></b>
Superávit do exercício	-	172.471	172.471
Incorporação ao patrimônio social	<u>172.471</u>	<u>(172.471)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro 2015	<b><u>939.746</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>939.746</u></b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Instituto Unimed BH

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	172.471	123.029
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais:		
Juros aplicações financeiras	(142.483)	(94.481)
Depreciação e amortização	<u>1.869</u>	<u>1.887</u>
	<b>31.857</b>	<b>30.435</b>
(Aumento) redução nos ativos:		
Adiantamentos	(1.437)	392
Despesas antecipadas	<u>(1.416)</u>	<u>(3.385)</u>
	<b>(2.853)</b>	<b>(2.993)</b>
Aumento (redução) nos passivos:		
Recursos de projetos, líquidos	(147.298)	544.562
Fornecedores	(53.551)	157.916
Impostos e contribuições a recolher	(4.999)	16.434
Obrigações sociais e trabalhistas	<u>(1.063)</u>	<u>13.009</u>
	<b>(206.911)</b>	<b>731.921</b>
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	<b><u>(177.907)</u></b>	<b><u>759.363</u></b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Resgates (ingressos) de aplicações financeiras	<u>(627.739)</u>	<u>92.953</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	<b><u>(627.739)</u></b>	<b><u>92.953</u></b>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<b><u>(805.646)</u></b>	<b><u>852.316</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	888.935	36.619
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>83.289</u>	<u>888.935</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<b><u>(805.646)</u></b>	<b><u>852.316</u></b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Valores expressos em reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Instituto Unimed BH (doravante “Instituto” ou “Entidade”) é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, fundada em 10 de abril de 2003, tendo prazo de duração indeterminado, com sede no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Instituto tem por finalidades a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; a promoção do voluntariado; a promoção da saúde e de programas complementares; a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; a defesa dos direitos da criança e do adolescente; a promoção e a defesa dos princípios de responsabilidade social. É vedada a distribuição, entre sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, de eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seus patrimônios auferidos mediante o exercício de suas atividades devendo tais excedentes serem aplicados integralmente na consecução dos respectivos objetivos sociais.

### **2 Base de preparação**

#### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

O Instituto está sujeito, ainda, à Norma Brasileira de Contabilidade NBC ITG 2002 - “Entidades sem finalidade de lucros”, aprovada pela Resolução nº 877/2000 e alterada pelas Resoluções nº 926/2001 e nº 966/2003 do Conselho Federal de Contabilidade, na qual são estabelecidos os critérios e procedimentos específicos da avaliação do registro das variações patrimoniais e da estrutura das demonstrações financeiras e as informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas para as entidades sem fins lucrativos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de junho de 2016.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Entidade estão apresentadas na nota explicativa 6, respectivamente.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram apresentados em reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**a. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016, são as seguintes:

- Vida útil dos bens do imobilizado: correta estimativa da vida útil, do valor residual e o método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado no final de cada período de relatório;
- Teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis.

**5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

**6 Principais políticas contábeis**

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

**a. Apuração do superávit ou déficit**

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os registros dos recursos recebidos para atender atividades ou projetos específicos são feitos de forma separada, valendo-se das restrições impostas pelos doadores externos ao Instituto, ou mesmo observando restrições impostas pelos órgãos diretivos do Instituto.

As doações, subvenções e contribuições para custeio são contabilizadas em contas de receita. O resultado positivo não é destinado e o lucro ou prejuízo são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit.

As doações são realizadas em dinheiro, embora pudessem ser em equipamentos ou outro ativo qualquer ou também por meio de prestação de serviços. A doação pode ser condicional ou incondicional. Uma doação é classificada como condicional quando o doador impõe condição a ser cumprida pelo Instituto. Já a doação incondicional não está sujeita ao cumprimento de obrigações. A utilização dessa classificação consta do Plano de Contas do Instituto.

A NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidades de Lucros, estabelece que as doações, subvenções e contribuições para custeio são contabilizadas em contas de receitas, enquanto as doações, subvenções e contribuições patrimoniais, inclusive as arrecadadas na constituição da Entidade, são contabilizadas no patrimônio social.

As despesas administrativas, de pessoal e demais gastos do instituto não vinculadas aos projetos com contrato de parceria, são contabilizadas diretamente no resultado do período.

**b. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Entidade compreendem receita de juros e despesa de juros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

**c. Tributos**

**(i) Imposto de renda e contribuição social**

De acordo com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97 e o artigo 174 do Decreto 3000/99, estão isentas do imposto de renda e contribuição social as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Para fins tributários considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Para o gozo da isenção, a instituição está obrigada a atender aos seguintes requisitos:

- Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- Apresentar, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.

**(ii) PIS e COFINS**

A Medida Provisória 2.158/01-35, em seu artigo 13, definiu que a contribuição para o PIS/PASEP será determinada com base na folha de salários, à alíquota de um por cento, pelas instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações, a que se refere o art. 15 da Lei 9.532, de 1997. No artigo 14, definiu que estas entidades estariam isentas da COFINS.

**(iii) Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)**

A Lei nº 14.941, de 29/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos define, em seu art. 2º, a não incidência do imposto para as instituições de assistência social, as educacionais, culturais e esportivas, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; desde que as entidades citadas não distribuam qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a qualquer título; apliquem integralmente no País os recursos destinados à manutenção de seus objetivos institucionais e mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. A não-incidência está condicionada também a que os bens ou direitos sejam destinados ao atendimento das finalidades essenciais das entidades mencionadas.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, à taxa anual média de 10% a.a. aplicado sobre o custo dos móveis e utensílios.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**e. Intangível**

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**(i) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(ii) Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As amortizações são calculadas às taxas anuais descritas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**f. Instrumentos financeiros**

A Entidade classifica ativos financeiros não derivativos na categoria “empréstimos e recebíveis”. Já os passivos financeiros não derivativos são classificados na categoria “Passivos pelo custo amortizado”.

**(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e despreconhecimento**

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Entidade despreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Entidade em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Entidade despreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração**

*Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas, caso existam, que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Entidade.

**(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração**

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**g. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

**(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Entidade utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Entidade considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

**(iii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

**h. Recursos de projetos**

Os contratos de convênios de parceria sem cláusula de remuneração são contabilizados na conta bancária contra uma conta do passivo. Quando os recursos são aplicados, estes são contabilizados a débito de uma conta retificadora neste mesmo passivo, contra a saída do recurso na conta bancária. Os valores permanecem em aberto até o final do projeto, devendo o eventual valor residual ser devolvido ao Patrocinador do projeto, ou o saldo será utilizado para compor o orçamento do ano seguinte junto ao novo aporte.

**i. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**j. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Entidade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)***

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Entidade está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade.

- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas
- Disclosure Initiative (Initiativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa	699	53
Bancos	82.590	888.882
<b>Total</b>	<b><u>83.289</u></b>	<b><u>888.935</u></b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

## 8 Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2015, a Entidade possuía aplicações financeiras com remuneração vinculada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sob o percentual médio de 103% do CDI, no montante de R\$1.699.455 (R\$929.233 em 2014). O saldo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está acrescido dos rendimentos auferidos no período, líquidos da provisão de imposto de renda sobre estes rendimentos.

## 9 Imobilizado

	2015	2014			
	Taxa média de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	10% a.a.	2.714	(1.035)	1.679	1.989
<b>Total</b>		<b><u>2.714</u></b>	<b><u>(1.035)</u></b>	<b><u>1.679</u></b>	<b><u>1.989</u></b>

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos ao ativo imobilizado:

	2014	Adições	2015
Custo	2.714	-	2.714
Depreciação	(725)	(310)	(1.035)
<b>Total</b>	<b>1.989</b>	<b>(310)</b>	<b>1.679</b>

## 10 Intangível

	2015		2014	
	Taxa média de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Marcas e patentes	10% a.a.	567	(454)	113
Softwares	5% a.a.	7.601	(7.398)	203
<b>Total</b>		<b>8.168</b>	<b>(7.852)</b>	<b>316</b>
				<b>1.875</b>

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos ao ativo intangível:

	2014	Adições	2015
Custo			
Marcas e patentes	567	-	567
Softwares	7.601	-	7.601
<b>Custo do intangível</b>	<b>8.168</b>	<b>-</b>	<b>8.168</b>
Amortização			
Marcas e patentes	(397)	(57)	(454)
Softwares	(5.896)	(1.502)	(7.398)
<b>Amortização</b>	<b>(6.293)</b>	<b>(1.559)</b>	<b>(7.852)</b>
<b>Intangível líquido</b>	<b>1.875</b>	<b>(1.559)</b>	<b>316</b>

## 11 Fornecedores

As contas de fornecedores representam os compromissos assumidos no curto prazo e estão representadas pelas contas vinculadas a projetos e contas destinadas ao custeio da operação. O prazo médio de pagamento corresponde a 24 dias.

	2015	2014
Fornecedores vinculados a projetos	113.965	146.282
Fornecedores de custeio	21.901	40.635
Outros	-	2.500
	<b>135.866</b>	<b>189.417</b>

## 12 Recursos de projetos

	2015	2014
Culturais	98.193	170.815
Sociais	314.503	598.390
Ambientais	<u>20.121</u>	<u>10.910</u>
	<b><u>432.817</u></b>	<b><u>780.115</u></b>

No exercício de 2015, o Instituto Unimed BH recebeu recursos de R\$862.360 (R\$1.854.296 em 2014), provenientes do termo aditivo do contrato de parceria com a Unimed BH e foram aplicados na execução de projetos R\$1.209.658 (R\$1.309.853 em 2014).

Demonstramos a seguir a movimentação dos recursos nos exercícios de 2015 e 2014:

	Culturais	Sociais	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	170.815	598.390	10.910	780.115
Recursos recebidos	299.945	508.928	53.487	862.360
Recursos aplicados	<u>(372.567)</u>	<u>(792.815)</u>	<u>(44.276)</u>	<u>(1.209.658)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<b><u>98.193</u></b>	<b><u>314.503</u></b>	<b><u>20.121</u></b>	<b><u>432.817</u></b>

O Instituto tem como responsabilidade aplicar os recursos exclusivamente nos projetos listados no contrato de parceria com a Unimed BH conforme orçamento, não podendo utilizar esses recursos para outros fins, por estarem vinculados aos projetos do parceiro fomentador.

## 13 Adiantamento de recursos

	2015	2014
Adiantamento de recursos	<u>200.000</u>	-
	<b><u>200.000</u></b>	-

Em 2015 o Instituto recebeu R\$200.000 a título de adiantamento de repasse de projetos da UnimedBH. Este valor será deduzido no aporte de recursos do próximo exercício.

## 14 Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto, no montante de R\$939.746 em 31 de dezembro de 2015 (R\$767.275 em 2014), representa o montante inicial aportado para inicio das atividades do Instituto, aumentado ou reduzido em função dos superávits ou déficits apurados anualmente.

## 15 Receitas ordinárias não-vinculadas

	2015	2014
Doações Unimed-BH	857.640	845.704
Doações não incentivadas (médicos cooperados)	<u>50.061</u>	<u>9.106</u>
	<b><u>907.701</u></b>	<b><u>854.810</u></b>

## 16 Despesas administrativas

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Marketing, publicidade e propaganda	(31.920)	(75.643)
Transporte	(38.442)	(45.388)
Serviço de auditoria	(34.500)	(31.900)
Viagens e hospedagens	(5.283)	(8.540)
Material de expediente	(12.224)	(2.238)
Locação de mão de obra	(6.857)	-
Outros serviços prestados	(1.441)	(1.340)
Bens de pequeno valor	(11.640)	(1.780)
Demais despesas	(2.601)	(7.505)
	<b>(144.908)</b>	<b>(174.334)</b>

## 17 Resultado financeiro

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<i>Receitas Financeiras:</i>		
Juros de aplicações financeiras	142.483	94.481
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>142.483</b>	<b>94.481</b>
<i>Despesas Financeiras:</i>		
Juros e multa moratórios	(51)	(258)
Despesas bancárias	(4.237)	(2.248)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(4.288)</b>	<b>(2.506)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>138.195</b>	<b>91.975</b>

## 18 Impostos, taxas e contribuições

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
IRRF sobre aplicação financeira	21.495	12.568
Taxa de Incêndio	117	123
Taxa de localização e funcionamento	403	379
	<b>22.015</b>	<b>13.070</b>

### a. Imposto de Renda e Contribuição Social

Para o exercício de 2015 e 2014, apresentamos a seguir a estimativa dos montantes de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) que seriam devidos caso não houvesse a isenção usufruída pelo Instituto. Consideramos as alíquotas de 15% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
IRPJ	25.870	18.454
CSLL	15.522	11.073
<b>Despesa tributária</b>	<b>41.392</b>	<b>29.527</b>

**b. COFINS**

A estimativa dos montantes da COFINS que seriam devidos caso não houvesse a isenção usufruída pelo Instituto está demonstrado abaixo. Consideramos a alíquota do regime cumulativo de 3% sobre o total de nossas receitas:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
COFINS	27.231	25.644

## **19 Instrumentos Financeiros**

**a. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Entidade possui exposição aos seguintes riscos através de seu uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado;

***Estrutura do gerenciamento de risco***

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Entidade, bem como pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. A gestão reporta regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. A Entidade, através de suas normas e de seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

***Exposição a riscos de crédito***

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<b>Nota</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	83.289	888.935
		<hr/> <hr/> 83.289	<hr/> <hr/> 888.935

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Alta Administração, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão considera os planos de financiamento da dívida da Entidade, o cumprimento de cláusulas, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Pelo perfil do risco da atividade, a Entidade não possui operações de derivativos.

### **Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Entidade procura manter sua exposição à mudança de taxas de juros em níveis aceitáveis. A exposição a este risco está relacionada a aplicações financeiras.

(i) *Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos com taxa de juros pós-fixada*

Uma alteração nas taxas de juros, na data do balanço, teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis permaneceriam constantes.

	<b>31/12/2015</b>	<b>Cenário I Possível (25%)</b>	<b>Cenário II Possível (50%)</b>
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada	142.483	178.104	213.725
Efeito da variação no patrimônio líquido e no resultado		(35.621)	(71.242)

### **Gestão de capital**

Os objetivos da Entidade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Entidade.

**b. Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias**

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Entidade, conforme quadros abaixo:

<b>2015</b>			
	Nota	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	83.289	-
Aplicações financeiras	8	1.699.455	-
<b>Passivos</b>			
Fornecedores		-	135.866
Recursos de projetos		-	432.817
Adiantamento de recursos		-	200.000
<b>Total</b>		<b>1.782.744</b>	<b>768.683</b>
<b>2014</b>			
	Nota	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	888.935	-
Aplicações financeiras	8	929.233	-
<b>Passivos</b>			
Fornecedores		-	189.417
Recursos de projetos		-	780.115
<b>Total</b>		<b>1.818.168</b>	<b>969.532</b>

Durante o exercício não houve alterações em relação às classificações apresentadas no quadro acima.

***Valor justo versus valor contábil***

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

## **20 Eventos subsequentes**

A Administração avalia anualmente a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras. Não ocorreram eventos compreendendo a data das demonstrações e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados ou divulgados nas demonstrações financeiras.

\* \* \*

Dr.Samuel Flam  
Diretor Presidente

Dr. Paulo Pimenta de Figueiredo Filho  
Diretor Institucional

Dr.Luiz Fernando Neves Ribeiro  
Diretor Administrativo

Dr. Múcio Pereira Diniz  
Diretor Financeiro

Edson Dimas Frainz  
Contador CRCMG 60984/O-2